CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

No início do ano o INSS já havia rescindido um ACT

Consignado: INSS cancela permissão de 8 instituições

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) anunciou o cancelamento da autorização para que oito instituições financeiras realizem novas operações de crédito consignado na folha de pagamento de benefícios de aposentados e pensionistas.

No início do ano, o INSS já havia cancelado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com uma entidade associativa por quebra de contrato. Agora o INSS mira em empréstimos consignados, campeões de reclamações na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça, com 91% das queixas.

Tanto em relação ao empréstimo consignado quanto desconto de mensalidade associativa, os aposentados e pensionistas que não concordarem o desconto podem pedir o cancelamento.

Prazo de adesão

Os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos relacionados mensalidades associativas começaram a receber os valores de volta em 24 de julho. O prazo para contestação de descontos indevidos pelo Meu INSS ou nos Correios vai até 14 de novembro.

Descumprimento

De acordo com o instituto, a decisão foi tomada com base em um processo administrativo que "comprovou o descumprimento, por parte dessas instituições, dos requisitos necessários para oferecer o serviço de forma adequada e digna aos segurados do INSS".

Divulgação

Investimento visa o aumento de operação do iFood

iFood anuncia investimentos de R$ 17 bilhões no país

A plataforma iFood anunciou aporte bilionário para impulsionar o tráfego na plataforma, aumentar a recorrência de compras no aplicativo e ampliar os segmentos de atuação da empresa.

O iFood anunciou investimentos de R$ 17 bilhões no país até março de 2026, acima dos R$ 10,3 bilhões investidos pela plataforma em 2024 e dos R$ 13,6 bilhões em 2025, considerando os 12 meses encerrados em março.

O aporte também será direcionado às áreas de tecnologia e inovação, como o desenvolvimento de inteligência artificial. Parte dos recursos será voltada para disponibilização de crédito a restaurantes parceiros.

Pessimismo

Pesquisa Datafolha mostra piora na percepção dos brasileiros com a situação econômica do país. O percentual daqueles que avaliam que a situação econômica do país vai piorar nos próximos meses subiu de 33% para 45% na comparação entre junho e final de julho.

Skaf na Fiesp

O empresário Paulo Skaf foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O mandato de Skaf, que já presidiu a entidade de 2004 a 2021, será de quatro anos, de 2026 a 2029. O empresário concorreu em chapa única e recebeu 99% dos votos.

CMN

O Conselho Monetário Nacional (CMN) apertou as regras para instituições se associarem ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O fundo garante os saldos em conta e os investimentos de até R$ 250 mil. As novas regras foram definidas após o caso do Banco Master.

Pix

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a privatização do Pix está fora de cogitação, ao comentar a ofensiva do governo Donald Trump contra o Brasil. "Não podemos imaginar privatizar algo que não tem custo. Então pensar que vamos nos intimidar".

Freepik

Mulher trabalhando em relojoaria. Disparidade salarial para mulheres negras é de 50%

Mulheres no setor privado ganham 20,9% a menos

Empresas com 100 ou mais funcionários podem preencher cadastro do MTE até 31 de agosto

Por Martha Imenes

Os dados de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, revelaram que, em média, as mulheres recebem 20,9% a menos do que os homens nos 53.014 estabelecimentos privados com 100 ou mais empregados no país. No caso de mulheres negras a diferença chega a 50%.

"Ainda não podemos falar em redução das desigualdades, mas já observamos avanços, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho apontado no último relatório", destaca Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE.

Para realizar o levantamento é preciso que empresas com 100 ou mais empregados inserem as informações complementares que irão compor o próximo Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. O documento será divulgado em setembro pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com o Ministério das Mulheres.

Mais de 54 mil empresas devem acessar o portal Emprega Brasil para preencher os dados até o dia 31 de agosto. Esta será a quarta edição do relatório previsto na Lei da Igualdade Salarial, que tem como objetivo dar visibilidade às desigualdades salariais entre mulheres e homens que exercem a mesma função.

Com base nas informações fornecidas pelas empresas e nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) referentes ao período de julho de 2024 a junho de 2025, o MTE elaborará um relatório individual para cada empresa e um consolidado, que será divulgado à sociedade.

A partir de 20 de setembro, os empregadores poderão acessar seus relatórios no portal Emprega Brasil e realizar a divulgação em seus canais institucionais — como site, redes sociais ou outros meios equivalentes —, sempre em local de fácil acesso e ampla visibilidade para trabalhadores, empregados e o público em geral.

Mulheres negras são as mais prejudicadas

Para Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, é fundamental transformar a cultura que naturaliza a diferença salarial, frequentemente justificada pelo menor tempo de empresa das mulheres, consequência de um ciclo em que elas são, historicamente, as primeiras a serem demitidas em momentos de crise.

O não cumprimento da obrigação de divulgar o relatório poderá resultar na aplicação de multa, conforme previsto na legislação. A fiscalização do MTE já está monitorando as empresas quanto à observância dessa exigência.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad) de dezembro de 2023, o país tem 6,08 milhões de empregados domésticos (são todos os que prestam serviços em residências como doméstica, jardineiro, motorista, mordomo) trabalhando.

Destes, 5.539 milhões são mulheres (91,1%), e homens são apenas 540 mil (8,9%). Os dados da Pnad mostram ainda que a maioria são mulheres negras, com média de idade de 49 anos e apenas 1/3 têm carteira assinada, recebendo em média um salário mínimo.

Dos mais de 6 milhões de empregados domésticos, a média de salário é de apenas R$ 1.146,00, menos de um salário mínimo, e a maioria são diaristas. "As diaristas são as que têm mais dificuldades de conseguir garantir um salário mínimo por mês", Paula Montagner.

Lei determina equiparação salarial

Sancionada em 3 de julho de 2023, a Lei nº 14.611 estabelece a obrigatoriedade da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, alterando o artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A norma determina que empresas com 100 ou mais empregados e empregadas adotem medidas para assegurar igualdade, como a promoção da transparência salarial, a implementação de mecanismos de fiscalização e a oferta de canais seguros para denúncias de discriminação.

No entanto, apesar da legislação, a desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil varia bastante conforme o setor, cargo e região ocupados. Os dados mais recentes mostram que os cargos de direção e gerência são onde essa diferença é mais acentuada.

Mulheres em cargos de liderança recebem até 27% a menos que homens na mesma função. Em média, mulheres ganham 20,9% a menos que homens no setor privado.

A diferença por raça e gênero é gritante. As mulheres negras são o grupo mais afetado: ganham quase 50% a menos que homens não negros, e 35% a menos que mulheres não negras.

Distrito Federal

A pesquisa aponta que o Distrito Federal tem a menor desigualdade salarial: mulheres recebem cerca de 8% a menos que homens.

A diferença de gênero tende a ser menor no Distrito Federal porque políticas públicas no mercado de trabalho são mais presentes. Já em estados como Maranhão, Bahia e Pará, a informalidade e a baixa escolaridade ampliam a desigualdade entre homens e mulheres.

Em outras regiões brasileiras, especialmente no Sudeste e Sul, a diferença salarial pode ultrapassar 25%, dependendo do setor e da empresa pesquisados.

Vendas de veículos novos com motores 1.0 crescem 11,35% em julho

Divulgação

Renault Kwid é um dos carros com queda no IPI para impulsionar venda

As vendas de veículos modelos 1.0, que fazem parte do Programa Carro Sustentável, cresceram 11,35% no mês passado, em relação a julho de 2024.

De acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), quando comparado ao mês anterior, junho, a alta chegou a 13%.

"Isso é emprego na indústria e emprego no comércio", comemorou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Os dados foram apresentados a Alckmin pela Fenabrave, durante visita a concessionárias, em Brasília.

O programa, lançado há menos de um mês pelo governo federal, visa a descarbonização da frota automotiva do país, por meio de incentivos fiscais, especialmente em relação às alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

"O presidente Lula zerou o IPI. E as montadoras também ajudam com um bom desconto. É um sucesso", comentou o vice-presidente.

Para ter direito ao IPI zero, o carro deve atender a quatro requisitos: emitir menos de 83 gramas de gás carbônico (CO_2) por quilômetro; conter mais de 80% de materiais recicláveis; ser fabricado no Brasil (etapas como soldagem, pintura, fabricação do motor e montagem); e se enquadrar em uma das categorias de carro compacto (veículo de entrada das marcas).

Pelo menos cinco modelos de veículos, em diferentes versões, foram credenciados pelo programa que garante IPI zero: Onix, da Chevrolet; Kwid, da Renault; Polo, da Volkswagen; HB20, da Hyundai e Fiat Mobi e Fiat Argo, da Stellantis. Com a medida, a redução dos preços desses modelos chegou, em alguns casos, a R$ 13 mil.

Para os demais veículos que não se enquadrem no IPI zero, o programa estabelece um novo sistema de cálculo do imposto, que ainda vai entrar em vigor.